

DESCORTINANDO O CONCEITO DE INFÂNCIA NA HISTÓRIA: DO PASSADO À CONTEMPORANEIDADE

Sandro da Silva Cordeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria das Graças Pinto Coelho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Para compreendermos as mais recentes configurações impostas à infância temos necessariamente que retroceder ao passado, buscando nos aspectos históricos algumas respostas para o presente. Partindo deste entendimento, a idéia de criança pode ser considerada a partir de uma noção histórica e cultural construída, a qual veio sofrendo diversas alterações percebidas no transcorrer dos tempos. Cada época tratou de proferir um discurso que revela em sua essência os ideais e expectativas depositadas na criança, tendo tais discursos conseqüências sobre esses indivíduos em formação. Essa conceituação, tal como a encontramos na atualidade é recente e seu surgimento está atrelado à noção de família e ao desenvolvimento da educação escolar a partir do século XVII. Recorrendo-se a definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa “incapacidade de falar”. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não teria condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, relegando-lhes uma condição subalterna diante da sociedade. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado socialmente. Este trabalho visa refletir acerca do conceito de infância ao longo da historiografia humana, extraindo destes acontecimentos registrados a percepção sobre as crianças em seus diferentes períodos, culminando com as suas atuais determinações desveladas em nossa contemporaneidade, influenciada principalmente pela sociedade da informação e do consumo. Para tanto, recorreremos a algumas fontes bibliográficas ligadas tanto a história da educação, quanto a alguns autores que dialogam sobre as questões envolvendo a atualidade, vinculadas as correntes da sociologia e da comunicação social. Desse modo, perpassa várias áreas do conhecimento, tornando-se fundamental esta reflexão na busca de uma compreensão acerca da visão construída hoje sobre o ser criança. Neste espaço mutante e efêmero, a noção de infância adquiriu uma nova roupagem, incorporando uma reestruturação que lhe confere um outro *status*. A criança desses novos tempos possui outras características, necessidades não encontradas outrora, aspirações estas fruto da recente ordem estabelecida mediante os ditames da globalização e do neoliberalismo. Neste contexto, as mídias se configuram como elementos fornecedores de uma considerável quantidade de informações disponíveis através de diferentes suportes. Isso contribuiu, direta e indiretamente, na montagem dessa nova fase da infância, na qual a criança é encarada como um sujeito receptor e consumidor em potencial. Diferentemente do protótipo de criança desenvolvidos nos séculos anteriores a criança, calcado no mito da infância feliz deste novo milênio, possui um espírito mais independente, pois desenvolveu uma série de habilidades no contato a mídia. No entanto, ainda precisa da ação interventora e mediadora do adulto, no sentido de conduzi-la na elaboração das estratégias de percepção da realidade, auxiliando-a nas suas escolhas, na constituição de princípios e valores baseados na justiça e na solidariedade, proporcionando a construção de um olhar crítico frente o mundo circundante. Desse modo, percebe-se que todos os acontecimentos ocorridos na história da infância serviram para estruturar uma nova caracterização da criança, do ponto de vista sociológico, como um componente histórico-cultural moldada por condicionantes econômicos e políticos atuando diretamente sobre ela. Considerando tais elementos, encaramos esta fase da vida humana como detentora de direitos, dotada de competências e capacidades a serem aprimoradas

TRABALHO COMPLETO

Introdução

O mundo contemporâneo impõe novos paradigmas aos sujeitos neste início de milênio. As transformações econômicas, sociais e culturais ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século XX provocaram profundos impactos na sociedade, alterando verdades consideradas absolutas e incitando questionamentos sobre o rumo tomado pela humanidade. Um clima de incertezas paira no ar, trazendo consigo tempos em que a instabilidade, aliada a efemeridade ditam as novas relações travadas no interior do tecido social.

São relações pautadas por paradoxos e contradições, nas quais o revolucionário e o conservador aparecem num mesmo contexto. Esse novo standard social está impregnado de uma enorme ausência e vazio de valores. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que as incertezas geram temor pelas proposições futuristas, é visível a abertura de novas portas anunciando um mundo infinito de possibilidades.

Sobre o sentimento de transformação e das suas possíveis conseqüências, Marshall Berman elucida este entendimento com o seguinte comentário:

São todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança - de autotransformação e transformação do mundo em redor - e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 1987, p. 13).

Essas transformações ocorridas em diversos âmbitos das relações coletivas não acarretaram mudanças apenas à população adulta. A construção social da infância adquiriu características que a introjetam num cenário de crise, baseadas em fatores oriundos principalmente da desfragmentação do núcleo familiar e do acesso ilimitado às informações próprias do universo adulto, alterando o modo como elas se vêem e são vistas pelos indivíduos. Isso nos leva a constatar que esses novos tempos anunciam uma nova era para a infância, ocasionando uma drástica mudança de rumo histórica.

A partir das afirmações acima levantadas, é pertinente empreendermos uma breve incursão ao longo da historiografia humana, extraindo destes acontecimentos registrados a percepção sobre as crianças em seus diferentes períodos e notando a sua escala de evolução, culminando com as suas atuais determinações em nossos dias, influenciada pela sociedade da informação e do consumo.

Falando sobre a infância de ontem...

Para iniciar nossa trajetória ao passado, podemos inferir que as referências históricas sobre a família obtidas em nossos dias, materializadas pela existência de pinturas, antigos diários de família, testamentos, documentos eclesíásticos e túmulos, constituem-se numa valiosa fonte de pesquisa para os estudos da sociedade, deixando um legado de impressões e vestígios úteis para a posteridade, auxiliando no desvelamento dos acontecimentos ocorridos no passado.

Considerando tais fontes documentais portadoras de informações e de significados não encontramos, até por volta do século XII, registros representando a infância. Denotamos a partir desta constatação que a infância antes dessa delimitação histórica não existia conceitualmente. É bem provável que não houvesse um lugar de destaque voltado para esta fase da vida. Confirmando tal verificação, Steinberg e Kincheloe atestam sobre o conceito de infância como uma classificação específica de seres

humanos, necessitadas de um tratamento especial, diferente daquele fornecido aos adultos, ainda não havia sido desenvolvido na Idade Média (STEINBERG, KINCHELOE, 2001, p. 11).

É bem verdade que a infância sempre existiu desde os primórdios da humanidade, mas a sua percepção enquanto construção e categoria social, dotada de uma representação é sentida a partir dos séculos XVII e XVIII. Sobre a datação do surgimento da infância, Carvalho nos aponta a seguinte afirmativa:

A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Recorrendo-se a definição da palavra infância, oriunda do latim *infantia*, significa “incapacidade de falar”. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não teria condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carrega consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, relegando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado socialmente.

Ao serem representadas, principalmente através de pinturas, geralmente aparecia numa versão miniatura do adulto. Seus trajes não diferiam daqueles destinados aos já crescidos. Notamos trata-se de crianças pelo fato dessas figuras se apresentarem em tamanho reduzido, embora com rostos e musculatura de pessoas maduras.

Até este período, seguindo uma forma de organização social da família tradicional, a fase da “infância” tinha uma curta duração, restringindo-se apenas a sua etapa de fragilidade física. Ao adquirir uma certa independência, era imediatamente conduzida ao convívio adulto, compartilhando de seus trabalhos e jogos, sem estar plenamente preparada física e psicologicamente para tanto. Sobre essa passagem precoce ao contato adulto Phillipe Ariés reforça este entendimento com o posicionamento a seguir:

De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje (ARIÉS, 1986, p. 10).

Ainda neste momento, nota-se um sentimento superficial sobre a criança denominado de “pararicação”, reservado a ela durante os seus primeiros meses de existência. Apesar dessa aparente atenção e sentimentos fraternos, sua inocência, ingenuidade e graciosidade a tornavam um instrumento de diversão, tal qual um animal de estimação em termos de importância. Caso chegasse a falecer¹, muito freqüente devido às condições precárias de sobrevivência, havia um sentimento de substituição, pois logo outra criança nasceria e a substituiria. Uma espécie de anonimato estava presente neste sentimento dirigido à infância. Esse detalhe da história da infância deixa transparecer a posição secundária relegada a esta, condição que perdurou ainda por vários séculos.

² Era extremamente alto o índice de mortalidade infantil que atingia as populações e, por isso, a morte das crianças era considerada natural. A partir do século XVI as descobertas científicas provocaram o prolongamento da vida, ao menos nas classes dominantes (KRAMER, 1992, p. 37).

Neste período, a transmissão de valores e dos conhecimentos estava vinculada ao contato das crianças com os jovens ou os adultos através de um processo de socialização. Era uma aprendizagem de cunho prático, baseada na observação do trabalho desempenhado pelos mais experientes.

Com o estabelecimento de uma nova ordem social, em fins do século XVII, são notadas algumas mudanças consideráveis alterando a estrutura até então em vigência. Com isso, sentiu-se a necessidade da criação de escolas, um dos mecanismos de fornecimento da formação inicial aos pequenos, a fim de dominarem a leitura, a escrita e a aritmética, como mais um dos artifícios de preparação para a vida adulta. A escola passou a substituir a aprendizagem obtida empiricamente pela observação dos mais experientes, deixando de aprender a vida diretamente. O advento da escola moderna está atrelado ao surgimento de um novo sentimento do adulto para com as crianças, implicando em cuidados especiais. Tal processo está atrelado ao grande movimento de moralização promovido pelos reformuladores católicos e protestantes, além da cumplicidade sentimental das famílias, numa afeição entre os cônjuges, entre pais e filhos. A respeito da introdução da criança em instituições de ensino sistematizadas, Ariés pondera de forma crítica este momento, emitindo o seguinte pensamento:

A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como os loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estende até nossos dias e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÉS, 1986, p. 11).

Com o apogeu da Revolução Industrial, ocorrido entre os séculos XVIII e XIX, foi direcionado um novo olhar sobre a infância. Estas passaram a ser vista como tendo um valor econômico a ser explorado. A urgência por mão-de-obra provoca o não cumprimento dos direitos infantis de acesso à escola, levando as crianças novamente ao mercado de trabalho, submetidas às explorações em nome dos ditames econômicos. Sobre essa fase nebulosa, Amarilha reforça as afirmações acima levantadas com este comentário:

Se a vida em comum com os adultos, antes da Revolução Industrial, tratava a criança com descaso, agora, o seu valor enquanto geração de braços para a indústria e cabeças para o comando lhe traz o exílio do seu tempo. Viver a infância passa a ser um período dominado por modelos de preparação para ser o futuro adulto. A criança como tal, com identidade específica, continua desrespeitada e desumanizada (AMARILHA, 2002, p. 128-129).

Delimitamos entre os anos de 1850 a 1950 como o momento do ápice da infância tradicional. Com o desenvolvimento das ciências humanas e conseqüente compreensão acerca desse período da vida humana, as crianças passaram a ser retiradas das fábricas e novamente inseridas em contextos promotores de aprendizagens sistematizadas, sendo as instituições educativas os locais mais apropriados para esses propósitos.

Com a consolidação do protótipo de família em fins do século XIX, a responsabilidade dos genitores passou a assegurar mais responsabilidades com o bem-estar das crianças, garantindo os direitos que lhes assistem e maiores cuidados físicos. A noção de infância, agora, passa pelo crivo dos conceitos técnicos e científicos. Essa análise é respaldada e analisada à luz da Psicologia, da Sociologia, da Medicina, dentre outros campos do saber, passando a emitir um parecer científico a respeito dessa fase da vida humana, adquirindo estas constatações uma maior respeitabilidade frente à sociedade.

A infância de hoje: espaço de inúmeras acepções

Ao adentrarmos na trilha da contemporaneidade nos deparamos com uma série de mudanças em curso, formando novas conjecturas e desencadeando diferentes concepções e olhares sobre um mesmo fato ou acontecimento, sendo evidenciadas e processadas algumas rupturas significativas na ordem conceitual até então em vigência.

Neste espaço mutante e efêmero, a noção de infância adquiriu uma nova roupagem, incorporando uma reestruturação que lhe confere um outro *status*. A criança desses novos tempos possui outras características, necessidades não encontradas outrora, aspirações estas fruto da recente ordem estabelecida mediante os ditames da globalização e do neoliberalismo.

Para exemplificar concretamente essas alterações em relação à visão da infância, podemos recorrer às mídias como um dos elementos fornecedores de uma considerável quantidade de informações disponíveis através de diferentes suportes. Isso contribuiu, direta e indiretamente, na montagem dessa nova fase da infância, na qual a criança é encarada como um sujeito receptor e consumidor em potencial.

Por muitos anos, como constatado no decorrer da historiografia levantada anteriormente, a família e posteriormente a escola permaneceram como os principais espaços de socialização, considerados os agentes primários na troca de experiências. Hoje as mídias, principalmente a televisão, acabaram ocupando esse lugar e roubando a cena, constituindo-se num dos principais meios de divulgação das informações e de acesso ao mundo. Esse contato independe da classe social ou faixa etária, ocorrendo muito antes do que se imagina.

Segundo estudos realizados por Pfromm Netto, as crianças têm interesse pela televisão a partir dos seis meses de vida, passando a assistir com maior regularidade a programação por volta dos dois ou três anos de idade. (PFROMM NETTO, 1998, p. 48). Quando uma criança inicia o seu processo formativo na escola, leva consigo uma bagagem de conhecimentos inestimável, adquirida através das várias horas passadas em frente ao televisor desde quando ainda era um bebê. A escola, muitas vezes, despreza esses conhecimentos prévios, trabalhando com informações totalmente descontextualizadas dessa realidade. Isso provoca um distanciamento entre as práticas educativas e as vivências infantis concentrando, em parte, a aversão dos alunos à escola.

Os produtores corporativos da cultura infantil invadem a vida privada das crianças. Percebendo o enorme poder dos meios de comunicação e informação, atacam a vulnerabilidade infantil desenvolvendo uma infinidade de produtos para atingir a essa faixa etária, criando necessidades para este público consumidor e incitando a aquisição exacerbada dos produtos veiculados pelas mídias. Conforme atesta Rizzardi, *além dos aspectos voltados para o entretenimento e lazer, a televisão também se apresenta como uma poderosa gôndola eletrônica para a exposição e sedução destes pequenos consumidores* (RIZZARDI, 2003, p. 231).

Além disso, convém ressaltar um outro agravante, uma característica tipicamente desenvolvida pela sociedade contemporânea: a individualização dos sujeitos. Aprisionados pelas suas rotinas profissionais, os pais acabam enclausurando as crianças em casa, de modo a permanecerem sozinhas. A televisão, estruturada com seus poderosos apelos comerciais, acabam invadindo a vida das crianças e se agregando na própria constituição, ditando valores, regras, modismos, formas de encarar e atuar no mundo. Todo esse movimento é desenrolado e incorporado, sem a devida filtragem, pois as crianças não dispõem do contato com pessoas mais experientes.

Sobre a aquisição de bens e produtos veiculados largamente pela mídia, os estudos desenvolvidos por Jean Baudrillard (1995) indicam que a insatisfação emocional dos indivíduos é o motor do consumismo. A estimulação acontece através das campanhas publicitárias, estando a felicidade atrelada ao consumo de bens materiais. Esse consumo desenfreado, realimentado no contato com novos bens, gera um ciclo vicioso ocasionando numa insatisfação psicológica permanente do consumidor. É o estado de insatisfação crônica que torna o indivíduo um consumidor modelo (COSTA, 2004, p. 139).

Com isso, há uma desestabilização das identidades culturais, deixando o indivíduo moderno fragmentado, com fronteiras pouco definidas, tal como preconizado por Stuart Hall (2004). Em contrapartida uma nova identidade vai sendo construída gradativamente, por intermédio de produtos destinados às crianças tais como brinquedos, filmes, artigos de moda, dentre outros. O sujeito-criança, seguindo esta linha de raciocínio, é reduzido ao corpo e torna-se consumidor. Essa compreensão dos fatos altera totalmente a noção de infância construída até então. Sobre essa transformação no entendimento do ser criança, Ghiraldelli Júnior nos esclarece brilhantemente acenando que:

Ser criança é ter corpo que consome coisa de criança. Que coisas são estas? Primeiro, coisas que a mídia define como tendo sido feitas para o corpo da criança. Segundo, coisas que ela define como sendo próprias do corpo da criança. Respectivamente, por um lado, bolachas, danoninhos, sucos, roupas, aparatos para jogos, etc, por outro, gestos, comportamentos, posturas corporais, expressões, etc. Ser criança é algo definido pela mídia, na medida em que é um corpo-que-consome-corpo (GHIRALDELLI JR., 1996, p. 38).

Nesta perspectiva, há uma mudança de foco, pois a infância deixa de ser uma fase natural da vida humana sendo, agora, um artefato construído, autorizado e ditado pela mídia. Esta, por sua vez, recria esta imagem da criança livre, protegida, feliz, deturpando e camuflando a verdadeira face da realidade. O que temos, na verdade, não passa de um simulacro da infância.

Num entendimento de cunho sócio e antropológico, reconhece-se a existência de uma “infância heterogênea”, percebendo as diferenças encontradas e a influência de contextos específicos na edificação da diversidade. Isso evidencia a existência de diferentes infâncias vividas num mesmo espaço e tempo, refletindo os paradoxos experimentados pelas crianças (CARVALHO, 2003, p. 41). O discurso proliferado pela mídia acaba desconsiderando estes dados, homogeneizando comportamentos e atitudes infantis, desconsiderando a individualidade do ser criança, construindo a idéia de que todas as crianças são felizes e vivem em condições de vida favoráveis ao seu crescimento, tal como preconizado pelas campanhas publicitárias e demais gêneros televisivos.

Como nos aponta Steinberg e Kincheloe (2001, p. 32) desde a década de 50, cada vez mais as experiências infantis têm sido pautadas e produzidas pelas corporações. Programas de TV, cinema, videogames e as músicas passam a fazer parte exclusivamente do domínio privado das crianças. A cultura destinada à infância ignora, muitas vezes, os problemas de origem econômica, social, étnica e cultural vivenciados diariamente pelas crianças, mostrando um mundo de plasticidades onde reina a mais perfeita ordem, modelada pela performance midiática e ausentando-se de uma ressignificação.

Diferentemente do protótipo de criança desenvolvidos nos séculos anteriores a criança, calcado no mito da infância feliz deste novo milênio possui um espírito mais independente, pois desenvolveu uma série de habilidades no contato a mídia. No entanto, ainda precisam da ação interventora e mediadora do adulto, no sentido de conduzi-la na elaboração das estratégias de percepção da realidade. Existe uma urgência na preparação das crianças para o contato com o bombardeio de informações de tão fácil acesso, primando pela construção de um filtro capaz de selecionar àquelas de maior qualidade além do trato com a acuidade visual, eficaz no entendimento das imagens que povoam nosso cotidiano.

Todos os acontecimentos que perpassam a história da infância serviram para estruturar uma nova caracterização da criança, do ponto de vista sociológico, como um componente histórico-cultural moldada por condicionantes econômicos e políticos atuando diretamente sobre ela. Considerando tais elementos, encaramos esta fase da vida humana como detentora de direitos, dotada de competências e capacidades a serem aprimoradas, tendo condições para exercer o seu papel como cidadã dentro de um processo evolutivo de socialização.

A criança contemporânea amadurece precocemente, dada as estimulações ofertadas no meio circundante. De notável inteligência e criatividade, precisam ser ouvidas e consideradas como parte

integrante da sociedade. Mesmo tendo adquirido uma certa independência desde cedo, é inestimável o apoio, a proteção e o contato do adulto, auxiliando-a nas suas escolhas, na constituição dos princípios e valores baseados na justiça e na solidariedade, proporcionando a construção de um olhar crítico frente o mundo que nos envolve. Só assim estaremos preparando nossas crianças para viverem plenamente estes novos tempos.

E essa crise da infância pode ser provocada por alguns fatores que devem ser considerados. A produção corporativa da cultura infantil, em outras palavras, os artefatos da cultura produzido por grandes empresas especializadas, exercem uma forte influência na formação dessas crianças e merecem uma apreciação detalhada de pais e educadores. Ao examinarmos as pedagogias escolar e cultural, poderemos dar um sentido mais adequado ao processo educacional em vigência, preocupado com essas questões tipicamente contemporâneas e que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem infantil.

Desse modo, cabe ao educador compreender a trajetória de desenvolvimento do conceito de infância e as suas atuais determinações em nossos dias, que encontra suas influências nos elementos da cultura e nos aportes midiáticos. Essa medida auxilia no oferecimento de uma educação imbuída de criticidade e capaz de trazer às crianças todas as oportunidades disponíveis para o seu crescimento, seja físico, social e intelectual. Somente assim, estaremos preparando nossas crianças para viverem esses novos tempos que se anunciam, carregados de novas necessidades, novas aspirações, novos desejos e novos desafios.

Referências

AMARILHA, Marly. Infância e literatura: traçando a história. **Revista Educação em Questão**. Natal: EDUFRN, v. 10/11, p. 126-137, 2002.

ARIÉS. Phillipe. **História social da infância e da família**. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CARVALHO, Eronilda Maria Góis. **Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas**. Ilhéus, BA: Editus, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DELL PRIORI, Mary. **História da infância no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Pedagogia e infância em tempos neoliberais. In: SILVA JÚNIOR, Celestino (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

KRAMER, Sônia. **A política da pré-escola no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1992.

PFROMM NETTO, Samuel. **Telas que ensinam**: mídia e aprendizagem do cinema ao computador. Campinas, SP: Alínea, 1998.

RIZZARDI, Débora Grazziotin Finger. Uma leitura do *merchandising* direcionado às crianças em programas de televisão. In: MELO, José Marques (Org.). **Mídia, regionalismo e cultura**. São Bernardo do Campo/SP: UPF Editora, 2003.

ROCHA, Eloísa Acires Candau. A educação da criança: antigos dilemas, novas relações. **Revista Pátio**. Ano 2, nº 7, p. 8-12, novembro 1998/janeiro 1999.

SOUZA, Solange Jobim e. Infância, violência e consumo. In: SOUZA, Solange Jobim e (Org.) **Subjetividade em questão**: a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

STEINBERG, Shirley, KINCHELOE, Joe. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. In: **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Tradução George Eduardo Japiassú Brício. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.